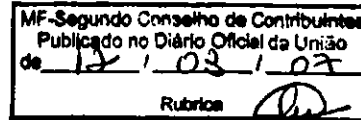




Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF
Fl.

Processo nº : 10166.001338/2002-10
Recurso nº : 132.453
Acórdão nº : 203-10.954



Recorrente : BRASAL REFRIGERANTES S/A
Recorrida : DRJ em Juiz de Fora - MG

IPI. RESSARCIMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE GERAÇÃO DE CRÉDITOS DO IMPOSTO NAS AQUISIÇÕES DE PRODUTOS SUJEITADOS À ALÍQUOTA ZERO NA NORMATIVA DO IPI. IMPROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO. As aquisições de produtos sujeitados à alíquota zero não geram créditos de IPI, razão pela qual com base nas mesmas é inviável formular-se pretensão ressarcitória. Inexistentes os créditos que acarretariam superávits na conta-corrente do citado imposto, inviável o ressarcimento atrelado a tal circunstância.
Recurso negado.

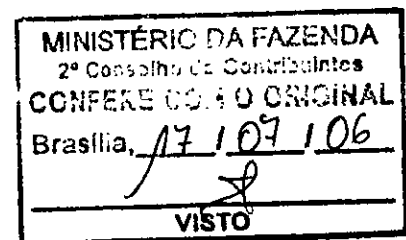
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: **BRASAL REFRIGERANTES S/A.**

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.** A Conselheira Mônica Monteiro Garcia de Los Rios (Suplente) declarou-se impedida de votar.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 2006.

Antonio Bezerra Neto
Presidente

Cesar Piantavigna
Relator

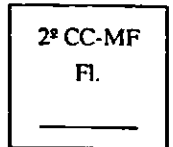
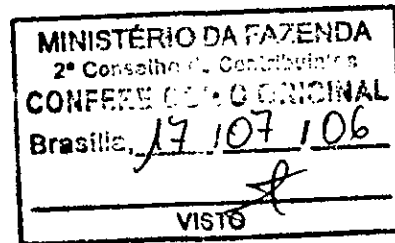


Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Emanuel Carlos Dantas de Assis, Sílvia de Brito Oliveira, Antonio Ricardo Accioly Campos (Suplente), Eric Moraes de Castro e Silva e Dalton Cesar Cordeiro de Miranda.

Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Valdemar Ludvig e Odassi Guerzoni Filho.
Eaal/mdc



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes



Processo n° : 10166.001338/2002-10
Recurso n° : 132.453
Acórdão n° : 203-10.954

Recorrente : BRASAL REFRIGERANTES S/A

RELATÓRIO

Pedido de ressarcimento de crédito de IPI (fl. 01), baseado no artigo 11 da Lei n° 9.779/99, apresentado em 31/01/2002 pela Recorrente, solicitou o pagamento da importância de R\$4.594.910,04.

A pretensão teria por motivo o creditamento propiciado por aquisições de insumos sujeitos à alíquota zero, aplicados na industrialização de artigos tributados pelo IPI (fl. 242), referente ao período de 01/10/2001 a 31/12/2001 (fl. 01).

No curso do processo a Recorrente apresentou declarações de compensações intentadas com base no crédito cujo ressarcimento foi pleiteado nos autos.

Despacho decisório (fl. 242) indeferiu a postulação da contribuinte.

Manifestação de inconformidade, juntada às fls. 250/271, sustentou que a alíquota zero é equiparável à isenção, razão pela qual o regime reconhecido à última das figuras jurídicas deveria se estender à outra, assim propiciando, aos contribuintes, creditarem-se do IPI, ainda que as respectivas aquisições de insumos não tenham sido oneradas pelo referido tributo. Argumentou, em seguida, a favor do cômputo de correção monetária e juros ao crédito cujo reconhecimento a empresa busca neste processo.

Decisão (fls. 331/344) da instância de piso confirmou a rejeição do ressarcimento almejado pela contribuinte.

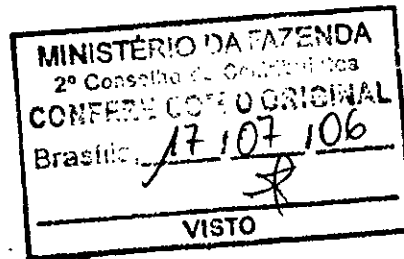
Recurso Voluntário (fls. 353/374) reprisou os argumentos deduzidos pela Recorrente em manifestação de inconformidade ofertada nos autos.

É o relatório, no essencial.



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10166.001338/2002-10
Recurso nº : 132.453
Acórdão nº : 203-10.954



VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR
CESAR PIANAVIGNA

A pretensão recursal desmerece agasalho.

Não há como cogitar-se de crédito de IPI em operação na qual o artigo nela envolvido não implica a cobrança da aludida exação, haja vista estar submetido à alíquota zero.

Marco Aurélio Greco é do mesmo pensamento, aduzindo que a alíquota zero, apesar do efeito que produz na etapa seguinte da tributação pelo IPI, não dá direito a crédito do citado imposto. Afinal, o IPI não é imposto sobre valor agregado, estando sua apuração articulada sobre a sistemática **imposto contra imposto** (estudo publicado na Revista de Direito Fórum de Tributário, Vol. 09).

É interessante salientar que a jurisprudência dos tribunais superiores uniformemente proclama que isenção e alíquota zero traduzem fenômenos jurídicos diferentes.

Nesse sentido, o voto condutor do acórdão proferido no REsp. nº 5.892-0/SC (Rel. Min. GARCIA VIEIRA, 1ª Turma, DJU 30/11/92) faz distinção entre a isenção e a alíquota zero. Também diferenciando a isenção da alíquota zero no STJ: REsp. nº 55.895/RJ (Rel. Min. ARI PARGENDLER, 2ª Turma, DJU 17/07/97); REsp. nº 4.973/SC (Rel. Min. DEMÓCRITO REINALDO, 1ª Turma, DJU 29/04/91).

O STF igualmente conta com precedentes sobre o tema: RExtr. 81.074/SP (Rel. Min. XAVIER DE ALBUQUERQUE, Pleno, DJU 07/04/76); RExtr. 81.132/SP (Rel. Min. ELOY DA ROCHA, 1ª Turma, 25/04/77); RExtr. 85.952 (Rel. Min. CORDEIRO GUERRA, 2ª Turma, DJU 18/02/77).

Na doutrina a voz de Sacha Calmon Navarro Coelho entende que a isenção e a alíquota zero traduzem figuras distintas, conforme assinalado no voto-condutor do acórdão proferido no REsp. 5.892/SC.

Segundo tal orientação é inviável equiparar-se a isenção à alíquota zero, a despeito do que sustentado pela Recorrente ao longo deste processo.

O creditamento buscado pela Recorrente tende a contornar o denominado “efeito de recuperação”, de natureza econômica, ensejado pela desoneração de uma etapa intermediária do ciclo produtivo de mercadorias.

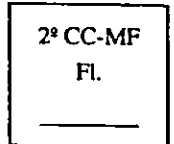
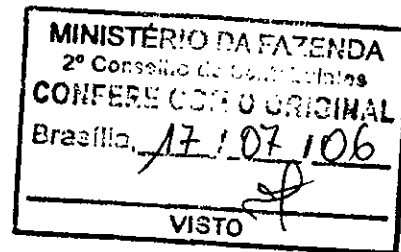
De fato, a desoneração de uma das etapas acarreta a imposição da carga do IPI sobre todo o valor da operação seguinte – daí a designação “efeito de recuperação”, pois a liberação da etapa anterior não impede o Fisco de elevar sua arrecadação ao tributar toda a importância envolvida na operação de saída do produto confeccionado com o insumo imune, isento, “NT” ou sujeito à alíquota zero.

Em vista disso argumenta-se com base na não-cumulatividade do IPI, dizendo-se que tal limitação impõe o reconhecimento de crédito de IPI na aquisição de insumo não sujeito ao aludido tributo.



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo n° : 10166.001338/2002-10
Recurso n° : 132.453
Acórdão n° : 203-10.954



Ora, a não-cumulatividade não opera dessa maneira! Com efeito, tal limitação visa inviabilizar a cumulatividade do IPI mediante a contraposição de créditos e débitos recíprocos exclusivamente no contexto de apuração que leve em conta a efetiva tributação das operações antecedente e posterior realizadas com produtos.

Logo, incorrente o encargo tributário na entrada de insumo na empresa em virtude da imunidade do produto, de sua sujeição à alíquota zero ou de seu enquadramento como "NT", impossível à contribuinte cogitar de crédito para contrapor aos débitos que incorreu motivadas por saídas oneradas pelo IPI.

Face a tais colocações, nego provimento ao pleito deduzido no recurso interposto.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 2006.


CESAR PLANTAVIGNA